

Filomena Santos

Perfis de coabitação em portugal¹

Aviso

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

revues.org

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

Referência eletrónica

Filomena Santos, « Perfis de coabitação em portugal¹ », *Forum Sociológico* [Online], 21 | 2011, posto online no dia 05 Setembro 2012, consultado o 19 Fevereiro 2013. URL : <http://sociologico.revues.org/414>

Editor: CESNOVA

<http://sociologico.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em:

<http://sociologico.revues.org/414>

Documento gerado automaticamente no dia 19 Fevereiro 2013.

© CESNOVA

Filomena Santos

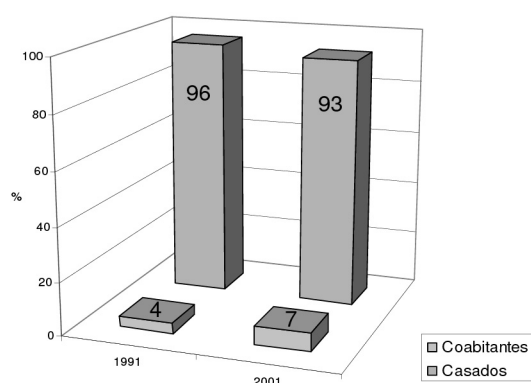
Perfis de coabitação em Portugal¹

Paginação da edição em papel : p. 133-142

1. Introdução

- 1 Domínio ainda pouco conhecido e estudado da vida familiar, embora de importância crescente no contexto das transformações ocorridas em Portugal nas últimas décadas, a coabitação conjugal, ao mesmo tempo que faz parte integrante do movimento de modernização da sociedade portuguesa, é também um bom revelador das descontinuidades e continuidades dos valores e comportamentos face ao casamento, à sexualidade e às relações de género.
- 2 São hoje mais de 380 mil o número de coabitantes e a coabitação duplicou no período de 10 anos, de 1991 para 2001. O Gráfico 1 mostra que os coabitantes representavam 7% do total de pessoas que viviam em casal em 2001.

Gráfico 1 # Coabitantes e casados no total de pessoas a viverem em casal



- 3 Apesar de os casais coabitantes serem em Portugal uma minoria estatística, quando comparados com os seus congéneres europeus, principalmente do Norte e Centro Europeu, já que o acesso a uma vida a dois e a formação da família se faz maioritariamente pela porta do casamento (Aboim, 2006; Torres, 2002), a tendência é para o crescimento das uniões de facto. Dados recentes sobre os nascimentos fora do casamento comprovam, mesmo indirectamente, esse crescimento³.
- 4 À medida que crescem as “uniões sem papéis”, diminuindo a estigmatização social que até há pouco tempo pesavam sobre elas, nomeadamente na legislação portuguesa, o fenómeno tende a tocar todos os meios sociais, quer como primeira união, quer como segunda união a seguir a um divórcio (Wall, 2005). Muito embora a união de facto existisse no passado, sobretudo como expressão da exclusão social de grupos com dificuldades de acesso ao casamento (Bandeira, 1996), actualmente os significados sociais da coabitação conjugal mudaram profundamente.
- 5 A mudança social e de valores que acompanha as transformações recentes na paisagem conjugal e das relações familiares na maior parte dos países ocidentais, a que Portugal não é alheio (aumento da coabitação e recuo do casamento, crescimento do divórcio, dos nascimentos fora do casamento, das famílias monoparentais, das famílias recompostas e das pessoas a viverem sozinhas), tem como pano de fundo um movimento entrecruzado de desinstitucionalização e de privatização do casal e da família (Bozon, 1991; Roussel, 1989), bem como de individualização da vida social (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Elias, 1993; Giddens, 1992).
- 6 Esse complexo movimento pluridimensional descrito quer pelos sociólogos da família, quer pelos historiadores das mentalidades (Ariès, 1973; Shorter, 1977), inscreve-se num tempo longo, isto é, nos grandes processos de transformação histórica que acompanham o desenvolvimento da modernidade⁴. O seu impacto nas mudanças da vida familiar acentuou-

se na segunda metade do século XX, sendo precisamente uma das suas facetas mais visíveis o declínio normativo do casamento e o crescimento das uniões informais.

- 7 Quando se compara a nossa dinâmica interna com a de outras sociedades europeias, desde o início da década de 60 (Almeida et al., 1998; Wall et al., 2011), observamos que todas essas tendências de transformação da vida familiar, em particular no que toca às relações de género no casal, ocorrem também em Portugal mas mais tardiamente. Fortemente influenciadas pela ruptura institucional do 25 de Abril de 1974, as mudanças sociais em Portugal, com especial incidência na esfera familiar, têm lugar num espaço de tempo relativamente mais curto, subitamente, de uma geração para a outra. A família em Portugal tem vindo a distanciar-se de um modelo família instituição assente no papel do homem enquanto ganha-pão e figura de autoridade, bem como na indissolubilidade dos laços familiares (Torres, 2002; Wall, 2005; Wall et al., 2010).
- 8 Num contexto nacional de forte inserção feminina no mercado de trabalho⁵, há quem defenda (Almeida, 2003) que o epicentro das mudanças reside precisamente na transformação da situação social das mulheres, incluindo a elevação do seu nível de escolaridade, na mesma linha de alguns autores que analisam outros contextos e países (Berrington, 2001; Bozon, 1991; Roussel, 1989; Segalen, 1993).
- 9 O objectivo principal do trabalho de investigação que serviu de base ao presente artigo consistiu na análise do significado sociológico das experiências de coabitação na diversidade das suas formas e na sua relação com os processos de mudança familiar na sociedade portuguesa que alguns chamaram de modernidade inacabada ou de desenvolvimento semiperiférico (Machado e Costa, 1998).
- 10 Será a coabitação em Portugal uma prática de matriz tradicionalista, ainda que reactualizada, ou de matriz fundamentalmente modernista? É possível encontrar uma pluralidade de perfis de coabitação cujos significados remetem para uma combinatória de dimensões modernas e tradicionais?
- 11 A observação de dados estatísticos (Aboim e Ferreira, 2002) e a tentativa de captar diferentes perfis de coabitação através de critérios quantitativos (Aboim, 2005) pouco ou nada nos dizem sobre o significado da coabitação do ponto de vista dos actores sociais. Quais as razões que levam os homens e as mulheres a viver juntos sem casar? Quais os contextos sociais da coabitação de carácter permanente e da coabitação transitória?
- 12 Procurou-se indagar até que ponto a coabitação resulta de uma crescente desvalorização do vínculo formal e perene associado à instituição matrimonial, de acordo com as tendências de sentimentalização, privatização, desinstitucionalização e individualização assinaladas pelos sociólogos da família. Esta é uma hipótese tanto mais pertinente quanto se sabe que em Portugal a coabitação é, na sua maioria, transitória (Aboim, 2005; Aboim e Ferreira, 2002). Face ao proposto, importa então perceber também em que contextos da coabitação se verifica o desapego mais acentuado face ao vínculo formal da conjugalidade.

2. Objectivos, pressupostos e perspectivas teórico-metodológicas

- 13 Pretendemos com este artigo contribuir para mostrar a complexidade do desenvolvimento da coabitação no Portugal contemporâneo e, simultaneamente, mapear a pluralidade dos seus significados.
- 14 Tal como salientam outras análises, dentro e fora da realidade portuguesa, coabitação e casamento são, actualmente, duas práticas que se conjugam na vida dos indivíduos, sinalizando diferentes fases das suas trajectórias conjugais e familiares, sem constituírem realidades radicalmente opostas em termos ideológicos (Aboim, 2005; Kaufmann, 1993; Prinz, 1995). Nesta linha de ideias, a coabitação de matriz modernista estaria assim profundamente implicada no processo de individualização da vida familiar, tornando-a cada vez mais privada e flexível de acordo com a diversidade de escolhas, trajectórias e biografias individuais.
- 15 Esta perspectiva, que nos remete para uma interpretação modernista do fenómeno coabitação, não é, quanto a nós, incompatível com uma outra que salienta a diversidade interna das experiências de coabitação (Kaufmann, 1993), ao mesmo tempo que procura descrever

e interpretar diferentes modelos ou tipos de coabitação relacionando-os com diferentes contextos sociais de classe (Aboim, 2005; Bawin-Legros, 1988; Smart e Stevens, 2000; Villeneuve-Gokalp, 1990) e grupos socioculturais específicos (Roussel, 1986 e 1989).

16 Por outro lado, a tese da individualização – que pressupõe um reforço da autonomia pessoal (a que não são alheias as mudanças relacionadas com a emancipação das mulheres), uma maior liberdade dos indivíduos para inventarem a sua vida privada face ao declínio de códigos sociais rígidos, fundados na religião ou em papéis de género tradicionais – terá de ter em conta distinções em função do género e da classe social. Estas são coordenadas sociais que têm sido salientadas em diversos trabalhos de investigação portugueses como principais eixos diferenciadores de comportamentos e representações familiares (Aboim, 2006; Cunha, 2007; Torres, 2002; Wall, 2005; Wall et al., 2010).

17 Sabendo que em Portugal os fenómenos de pobreza e exclusão social são extensos (Capucha, 1998), não parece ser difícil presumir que em relação aos coabitantes oriundos dos segmentos da população mais desqualificados da sociedade portuguesa o movimento de modernização em direcção a uma maior igualdade de género, de individualização e de autonomia pessoal, em particular das mulheres, terá mais dificuldade em se impor.

18 De acordo com a nossa hipótese, as experiências individuais da conjugalidade informal não se realizam no vácuo social mas transportam em si desiguais recursos materiais e simbólicos constitutivos dessas mesmas experiências. Propomos com esta pesquisa identificar diferentes perfis de coabitação recorrendo a um modelo de análise que inclui o género, a classe social e os percursos biográficos dos protagonistas da coabitação⁶. Para além destes três eixos explicativos principais, analisámos as relações de género produzidas no casal (mais igualitárias ou menos igualitárias) a propósito da divisão do trabalho (doméstico e profissional) e das práticas e normas de coesão conjugal em diversas dimensões do funcionamento quotidiano do casal⁷.

19 Com o propósito de distinguir diferentes perfis de coabitação, teve-se em conta, para além das dimensões relativas à organização do casal, as razões masculinas e femininas para coabitar, os projectos e intenções dos coabitantes face à formalização da união e à parentalidade, as suas atitudes e representações face ao casamento e à coabitação⁸. Na construção dos perfis foi dada especial importância à dimensão representacional, ou seja, aos diferentes significados atribuídos a esta forma de união conjugal tal como foi ou é vivida pelos homens e pelas mulheres que entrevistámos. Em particular, e no seguimento de algumas propostas de tipologização que definem diferentes finalidades e orientações normativas associadas à coabitação (Bawin-Legros, 1988; Roussel, 1986 e 1989; Smart e Stevens, 2000), procurámos conhecer e interpretar as justificações dos actores sociais para coabitar em vez de casar, para ter filhos dentro ou fora de uma união formalizada, para permanecer em coabitação ou, pelo contrário, casar após um período de vivência informal.

20 Em termos metodológicos optámos por uma pesquisa qualitativa, privilegiando a relação aprofundada com os actores sociais. A entrevista em profundidade assumiu uma importância estratégica fundamental e constituiu o procedimento metodológico principal. A escolha deste tipo de metodologia, de carácter flexível e versátil, foi entendido como o mais adequado por permitir o acesso às experiências subjectivas dos coabitantes, às interacções, dinâmicas e contextos da conjugalidade coabitante.

21 O trabalho de campo implicou o recurso à rede de amigos, conhecidos e familiares da investigadora, bem como à dos próprios entrevistados que foram indicando outros potenciais entrevistados, numa verdadeira “bola de neve”. Apesar de a selecção dos coabitantes não ter sido orientada por critérios de representatividade estatística, tentou obter-se uma população com um número equivalente de indivíduos de ambos os sexos, num total de 48, distribuídos por diferentes grupos sociais, uma vez que o género e a classe social, de acordo com as nossas premissas, são vistos como variáveis que têm uma influência fundamental na forma como se vivem e encaram as experiências de coabitação.

22 As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2006 junto de entrevistados que residiam na Área Metropolitana de Lisboa, incluindo Lisboa Centro e Margem Sul (Almada, Seixal, Setúbal)⁹.

3. Perfis de coabitação

- 23 Partindo do pressuposto da diversidade de situações, de contextos, de percursos, de concepções e de modelos de funcionamento conjugal associados às práticas de conjugalidade informal, propomos uma análise da coabitação segundo uma tipologia de perfis com vista à caracterização da pluralidade das experiências de coabitação: o perfil moderno, o perfil de transgressão, o perfil de experimentação e o perfil de tradição¹⁰.
- 24 Procuraremos nesta secção descrever de forma sintética os traços distintivos de cada perfil, acompanhados de extractos de entrevistas¹¹, remetendo parte da discussão dos resultados para os comentários finais.

Perfil Moderno

- 25 No perfil moderno a coabitação surge “naturalizada”, na perspectiva dos actores sociais, como resultante de um relacionamento íntimo e como o prolongamento do namoro. Enquanto uns não excluem o casamento, outros, mesmo com filhos, são mais reticentes face à ideia de oficializar a relação conjugal, considerada por alguns como uma ingerência ilegítima.
- 26 A coabitação moderna representa o culminar de uma evolução histórica que passa pela construção do «casamento por amor» ao «amor sem casamento» (Segalen, 1993), através do acento colocado na privatização do casal e na desinstitucionalização dos laços conjugais e parentais. Neste perfil, associado a meios intelectuais e científicos, torna-se bastante evidente o modelo modernista de formação progressiva do casal e da família, assinalado por vários autores (Kaufmann, 1993; Manting, 1994), e, também, de maior simetria do ponto de vista das relações de género.
- 27 Este perfil de coabitação diz, sobretudo, respeito a casais solteiros numa primeira união mas pode ser também encontrado em casais menos jovens em que pelo menos um dos membros já viveu uma conjugalidade anterior, formalizada ou não.

Coabitação prolongamento do namoro

“Acho que foi uma evolução natural (...). O namoro foi...meses... foi o Verão do ano lectivo... depois, pronto, ela começou a viver comigo.”

Desafecção face ao casamento

“Nem eu nem ela fazemos questão, não é?... nunca foi motivo forte (...). É burocracias a mais. Não vejo necessidade absolutamente nenhuma. Acho uma formalidade, o sentimento é o mesmo, as responsabilidades são sempre as mesmas. (...) Acho que jamais gastaria um cêntimo numa festa de casamento, podendo usufruir por exemplo para viajar. Isso diz tudo.”

Casar depois de ter filhos?

“Talvez daqui a uns tempos se o miúdo nos começar a perguntar porque é que não casamos e isso, talvez a gente o faça para oficializar, pronto. Não quer dizer que seja, não é, em termos de regalias é tudo igual não é? (...) Talvez ... por um filho fazia isso. Mas acho que não há esse tipo de problema também, e tudo depende da forma como os educamos.”

Privatização dos afectos/visão da coabitação

“Porque é como te digo, não tem de haver um papel, assinaturas, o sentimento é o mesmo. É uma relação que pode durar perfeitamente sem casamento.”

Planos/projecto de parentalidade

“Planos para nós era viver juntos, o casamento nunca foi um objectivo. O nascimento da criança, tudo bem, já se falou nisso, não queria prolongar muito mais (...) sempre pensámos ter uma criança pelo menos.”

Filipe, professor de Educação Física, 34 anos, junto há 3 anos com Cristina, professora, um filho bebé, que nasceu após 2 anos de coabitação.

(Grande Lisboa/Almada)

Perfil Transgressão

- 28 A importância atribuída, desde o início da pesquisa, aos percursos biográficos dos coabitantes, eles próprios moldados pela pertença social, em termos de classe, pelo género e pelo tempo social, saiu reforçada quando confrontada com a realidade empírica. O perfil de transgressão constitui um bom exemplo.
- 29 Este perfil, com a sua lógica modernista e simultaneamente contestatária – a marca que o distingue de todos os outros –, simboliza a mudança rápida de valores e de comportamentos

que sucedeu na sociedade portuguesa, de uma geração para a outra, no período que se seguiu ao 25 de Abril. A preocupação em construir o relacionamento do casal e fundar a família em moldes diferentes, rejeitando as referências valorativas do casamento instituição («para toda a vida» e assente na desigualdade de estatutos e papéis sexuais), faz-se sentir nas narrativas de vida dos coabitantes deste perfil que tendem a pertencer a meios diplomados.

30 À semelhança do perfil moderno, a duração da relação conjugal é vista como estando inteiramente dependente da dinâmica dos sentimentos. O acento é colocado no compromisso de amor privado e na desvalorização dos laços jurídicos e institucionais. A recusa em submeter a relação a ingerências externas e a tentativa de preservar a intimidade através da negação dos rituais ligados ao casamento, considerados não apenas desnecessários, como até hipócritas, são traços salientes do discurso “transgressão”.

Entrada em casal e contexto social

“Eu comecei a viver com ele com 17 anos, era portanto muito jovem. Nasce numa família de classe média alta, a minha mãe era uma das donas de uma empresa (...) Com a Revolução do 25 de Abril começaram a surgir os *hippies* portugueses (...).”

Coabitação de contestação

“Quando iniciei a minha vida com Eduardo, para mim era importante não ser casada, fazia questão disso (...). Na altura queria ser diferente, era uma forma de contestação.”

Contra o casamento/privatização dos sentimentos

“Eu sempre achei os rituais do casamento uma palhaçada, talvez pelas relações a que eu assistia e aquela questão da hipocrisia. Achava ridículo ir perante um padre ou perante um juiz fazer uma declaração de intenções e assinar um papel. Isto tem a ver com o achar que é uma relação privada (...). O verdadeiro contrato é as pessoas estarem juntas enquanto se gostam, o resto não interessa para nada.”

Coabitação como forma de preservar a autonomia feminina

“Eu valorizo muito a minha autonomia. A coabitação ajuda a isso (...). Depois o facto de não ser casada dá-me mais independência e posso bater o pé.”

Procura de igualdade no casal/partilha das tarefas domésticas

“Eu partilho, mas (...) tenho tido uma luta lá em casa (...).”

Inês, 41 anos, licenciada, assistente de investigação, junta há mais de 20 anos com Eduardo, 4.ª classe, negociante de obras de arte, uma filha de 21 anos.

(Lisboa Centro)

Perfil Experimentação

31 O perfil de experimentação diz respeito tanto a uma coabitação transitória sem filhos, numa primeira conjugalidade, como a uma coabitação transitória, numa segunda conjugalidade, que dá lugar ao nascimento de filhos comuns durante a fase de vivência informal. Todos os entrevistados deste perfil têm em comum o facto de terem casado após um período, mais curto ou mais prolongado, de coabitação.

32 Mas enquanto na experimentação de recomposição familiar o projecto de ter filhos surge primeiro que o projecto ou a decisão de oficializar a união conjugal, os entrevistados numa primeira conjugalidade preferem casar antes de ter filhos e evitam a parentalidade fora dos laços institucionais. Para os casais numa segunda união, sobretudo dos sectores operários e executantes, ter filhos é mais importante do que casar para consolidar a união e o casamento representa uma dupla confirmação da solidez da relação conjugal.

33 A questão dos filhos e da classe social joga um papel importante na configuração dos perfis de coabitação e no estabelecimento de linhas divisórias no interior do próprio perfil de experimentação. Tal como referem outros estudos, nos meios populares o casamento não é um requisito necessário à formação de uma família com filhos (Aboim, 2005; Villeneuve-Gokalp, 1990).

34 A ideia de experimentação conjugal como finalidade intencional da coabitação – traço distintivo deste perfil – surge de forma saliente nos entrevistados desses sectores sociais, sobretudo entre aqueles que vivem uma segunda conjugalidade. Através da coabitação nem sempre se pretende testar apenas a relação conjugal mas também as potencialidades do parceiro como pai dos filhos de casamentos anteriores. A coabitação surge, neste caso, como uma

estratégia de entrada prudente, passo a passo, numa nova união. A coabitação de ensaio é, nestes meios, socialmente aceite e legitimada como forma de evitar o divórcio.

35 Apesar de transversal, do ponto de vista social, os resultados indicam que é, por um lado, nos sectores intermédios medianamente escolarizados e, por outro, nos sectores operários e executantes que tende a desenvolver-se a coabitação de experimentação e não nos meios academicamente mais qualificados.

36 A “experimentação” assume nesta pesquisa um significado diferente daquele que lhe foi atribuído no inquérito às famílias portuguesas com base em critérios quantitativos (Wall, 2005). Nessa pesquisa, a “experimentação” diz exclusivamente respeito a um estilo de coabitação transitório sem filhos que predomina “entre as mulheres com escolaridade superior e entre os casais de grupos socioprofissionais mais qualificados” (Aboim, 2005: 105; Aboim, 2006: 128).

37 Apesar da proximidade com o perfil moderno, em aspectos como a formação progressiva do casal e a ênfase colocada nas suas dimensões relacionais, a ideia de experimentação conjugal está completamente ausente dos discursos “modernos”. Além do mais, a “experimentação” é, segundo os dados desta pesquisa, mais heterógenea, em termos de classe social, e, mesmo quando se prolonga para além do nascimento dos filhos, é, também, de carácter transitório. O perfil moderno está mais de acordo com as tendências de individualização e privatização da vida familiar já que, diferentemente da “experimentação”, surge associado a trajectórias menos lineares e mais incertas. O desapego mais acentuado em relação ao casamento e a tendência para ter filhos fora dos laços institucionais, por um lado, e a sua ligação, por outro, às classes médias com elevados capitais escolares e profissionais corroboram esta perspectiva¹². É certamente devido à sua maior coerência interna do ponto de vista social que o perfil moderno se apresenta também mais igualitário em comparação com a maior variedade observada nos outros perfis em termos de modelos de organização do casal.

Experimentação conjugal/evitar o divórcio

MR: “Primeiro realmente pensei em juntar, antes de ter outro divórcio em cima, então quis-me certificar que realmente era uma coisa que ia dar certo.”

Projecto de parentalidade prioritário/projecto de casamento secundário

A: “(...) logo que a gente se juntou, pronto, vá lá, talvez passado um aninho pensámos em ter um filhote nosso. (...) quando nasceu a Beatriz [*filha comum*] depois então é que começámos a pensar em casar. Temos de levar as meninas ao casamento e aproveitamos e damos o nozinho (...)”.

Divisões de género/partilha do trabalho doméstico

A: “(...) se venho mais cedo faço o jantar, pronto, faço tudo o que tenho de fazer em casa, se ela vem mais cedo faz ela (...)”

MR: “A gente isso sempre dividiu muito bem, felizmente ele ajuda imenso em casa. (...) mesmo quando as miúdas eram pequenas (...)”.

A: “Eu mudava fraldas, dava o biberão, deixava de manhã uma na ama e outra no infantário (...), era muito eu.”

Alberto, operário, 49 anos, 6.º ano/básico, casou com Maria do Rosário, cabeleireira, após 7 anos de coabitação, uma filha comum (hoje com 20 anos) e uma filha de cada um do primeiro casamento.

(Setúbal/cidade)

38 O caso de Alberto e Maria do Rosário, socialmente localizado em meios populares de origem operária, mostra também a importância dos capitais femininos e das biografias individuais na pesquisa sobre a igualdade de género na conjugalidade.

39 Neste casal, escolhido como exemplo da “experimentação”, podemos observar um modelo de divisão do trabalho doméstico tendencialmente igualitário que se destaca, pelo seu contraste, dos identificados em contextos de classe semelhantes e em casais mais jovens, incluindo do perfil de experimentação. Alberto, após o divórcio, foi viver sozinho e durante cinco anos aprendeu a ser autónomo em relação às tarefas domésticas. O percurso de vida de Alberto, combinado com a posição socioprofissional mais favorecida da mulher – foi ela que no casal protagonizou a trajectória ascendente a partir do momento em que se instalou como cabeleireira independente e passou a usufruir de rendimentos superiores aos do cônjuge –, contribui para explicar uma maior igualdade em matéria de divisões de género no casal.

Perfil Tradição

- 40 A coabitação que chamámos de tradição, precisamente para assinalar a presença na sociedade portuguesa de uma prática anterior ao movimento modernista de expansão do fenómeno, surge, no presente, muito ligada à precariedade socioeconómica. A sua classificação corresponde também ao sentido que lhe é dado pelos actores sociais quando referem, recorrendo às memórias familiares, que a coabitação já era uma prática frequente na geração dos seus pais e avós.
- 41 A união de facto de longa duração observada no seio de grupos urbanos desclassificados é vista, pelos seus protagonistas, como um substituto do matrimónio (este último identificado com a “cultura escrita”). Este “casamento dos pobres” é profundamente assimétrico e reproduz informalmente uma ordem institucional perene e sexualmente diferenciada.

Percorso de vida

“Quando comecei a viver com a Adelaide tinha 17 anos e era vendedor ambulante em mercados e feiras. Ela também. Os pais dela já andavam nessa vida (...).”

Entrada em casal

“Fomos aos pais dela e ainda não tínhamos feito nada, só uns beijos. Ela quis ficar comigo, eu aceitei-a, não fiz nada com ela e depois perguntei-lhe se queria ir para ao pé dos pais e ela disse que não, que queria ficar comigo eternamente, para o resto da vida e pronto, ficou assim, juntámo-nos.”

Razões para coabitar

“(...) também isto já vem de tradição porque o meu pai e a minha mãe também não são casados, vivem juntos como eu. (...) os meus avós (...) e os meus tios também não são casados, está tudo junto. Para nós é uma coisa normal. Embora, como lhe disse, se tivesse uma vida como deve ser até era capaz de casar com a minha mulher. (...) nós temos oito filhos (...).”

“Na nossa tradição é assim, é a mesma coisa, só não fomos à igreja nem nada, é como os ciganos por exemplo. O cigano não tem papel nem tem nada...”

Divisão conjugal do trabalho/assimetria tradicional

“(...) Se eu pudesse a minha mulher nem trabalhava aqui, antes queria que ela estivesse em casa para tratar dos filhos e da lida da casa.”

Guilherme, 41 anos, 4.ª Classe, vigilante, junto há 24 anos com Adelaide, empregada de limpeza, oito filhos.

(Almada, morador num bairro social)

- 42 A coabitação de tradição mostra que as causas do crescimento recente das práticas informais de conjugalidade são diversas e nem sempre assentam na crescente igualdade de género, individualização e autonomia feminina.
- 43 A coabitação não pode ser lida como um fenómeno unidimensional automaticamente associado à modernidade e que traduz inequivocamente individualização e igualdade.
- 44 Nos segmentos da população pobre e em famílias com muitos filhos (perfil de tradição), a desigualdade de género na conjugalidade é muito saliente. Apesar das condições difíceis em que vivem, os homens conseguem sair mais beneficiados que as suas mulheres (e à custa delas) na construção de espaços de autonomia e de gratificação pessoal: nos lazeres, nas saídas e convívios com amigos e na menor sobrecarga de trabalho face à dupla jornada das suas companheiras. A autonomia existe mas é uma autonomia moldada pela diferenciação e desigualdade de género de tipo tradicional. Recordemos a este propósito as palavras de Guilherme:
- 45 “Ela não tem tempos livres, ela não gosta de estar parada (...). Ela trata dos filhos, ela vai às compras (...). Ela arranja tudo, ela é uma mulher de armas. (...) Eu saio mais é nos fins-de-semana. (...) ela nunca sai. (...) normalmente eu tenho os meus amigos que ela nem sequer conhece.”

4. Comentários finais

- 46 Na investigação sobre a coabitação na sociedade portuguesa procurámos **articular diferentes perspectivas teóricas**, baseando-nos quer nos autores que colocam a ênfase nas dimensões simbólicas e comportamentais do fenómeno de coabitação relacionadas com a mudança social e de valores nas sociedades contemporâneas, nomeadamente no que se refere ao movimento

de desinstitucionalização do casamento (Bozon, 1991; Roussel, 1989), de privatização (Ariès, 1973; Shorter, 1977) e individualização da vida social e familiar (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Elias, 1993; Giddens, 1992), característicos da modernidade; quer naqueles que têm tentado mostrar a diversidade do fenómeno, ligando diferentes perfis ou tipos de coabitação com classes sociais e/ou subpopulações específicas (Aboim, 2005; Bawin-Legros, 1988; Roussel, 1986; Smart e Stevens, 2000; Villeneuve-Gokalp, 1990).

47 Ambas as abordagens – a primeira relaciona coabitação e modernidade e a segunda coloca
o enfoque na diversidade interna da coabitação – revelaram, no curso desta pesquisa, uma
imagem compósita da sociedade portuguesa, onde **o tradicional e o moderno aparecem**, de
facto, **combinados e sobrepostos**.

48 Os resultados mostram a pluralidade de significados e contextos associados às experiências
informais de conjugalidade. Uma das principais conclusões refere-se, pois, à existência, que
já antes suspeitávamos, de uma **variedade de perfis de coabitação** conjugal no Portugal
contemporâneo.

49 Embora não haja uma colagem linear entre perfis de coabitação e **contextos sociais de classe**,
foi possível detectar algumas conexões que um estudo extensivo poderá ou não vir a confirmar,
sobretudo quando se trata de apurar tendências predominantes. Assim, a coabitação de tradição
está claramente associada às franjas mais desfavorecidas das classes populares; a coabitação
moderna e a de transgressão surgem ligadas às classes médias mais qualificadas em termos
académicos e profissionais; a coabitação de experimentação, de recorte transitório, revelou-se
mais transversal do ponto de vista social, albergando, sobretudo, os sectores intermédios de
escolaridade mediana, os empregados executantes e o operariado misto.

50 Conforme tínhamos previsto inicialmente, a maior ou menor valorização do laço jurídico e
formal da relação conjugal adquire um sentido diferente consoante o género e os contextos
sociais da coabitação.

51 Para os entrevistados mais qualificados identificados no perfil moderno e de transgressão, a
coabitação é, acima de tudo, uma relação de compromisso de amor privada. Esta concepção,
umas vezes mais vincadamente ideológica contra o casamento (perfil de transgressão), outras
de carácter mais pragmático (perfil moderno), não deixa de ter alguns pontos de contacto
com a visão dos entrevistados dos grupos operários, afastando-se da visão mais normativa
e estereotipada encontrada no perfil de experimentação quando localizado nos sectores
intermédios¹³.

52 No plano das representações, os entrevistados oriundos dos sectores operários e os
entrevistados das classes médias mais diplomadas tendem a aproximar-se. Ambos os grupos,
em contraste com os sectores intermédios, não fazem distinção entre coabitação e casamento¹⁴:
ao nível dos sentimentos, do compromisso entre o casal, do sentido da responsabilidade, da
divisão dos papéis de género, da autonomia e da liberdade de que cada um dispõe, e da
avaliação da probabilidade de ruptura.

53 Para os operários a valorização do laço institucional assenta, fundamentalmente, numa visão
pragmática ligada à economia conjugal e à protecção dos filhos, principalmente por parte das
mulheres, mas está também relacionada com aspectos simbólicos das relações de género.

54 Para os entrevistados do sexo masculino de todos os grupos sociais a conexão simbólica entre
casamento e filhos é, de uma maneira geral, uma âncora identitária que prevalece forte. Para
as mulheres, com uma visão mais relacional e menos institucional da conjugalidade, ter filhos
é uma forma, ou uma estratégia, tão ou mais importante do que casar para consolidar o casal e
fundar uma nova família, sobretudo a seguir a um divórcio e em casais com menores recursos
escolares e profissionais. Ter filhos numa primeira conjugalidade representa, também, para os
coabitantes mais qualificados do perfil moderno a confirmação simbólica da solidez da relação
amorosa que torna dispensável o recurso à instituição.

55 A questão da coabitação como factor de **desinstitucionalização da conjugalidade** não deixou
de revelar alguma ambiguidade, especialmente na “experimentação” dos grupos sociais de
escolaridade baixa e intermédia: a aceitação da coabitação e a sua popularidade (sobretudo nas
fases iniciais de construção do casal e da família), sinal de modernização, é cúmplice de uma
concepção da coabitação como forma de evitar o divórcio que revela a aceitação mais difícil da

dissolubilidade dos laços familiares, sinónimo de valores mais institucionalistas. Em contraste, os entrevistados do perfil moderno e de transgressão colocam a ênfase na **desvalorização do vínculo formal e perene associado ao casamento**. Nestes perfis foi possível observar uma dupla desvinculação entre, por um lado, casamento e entrada na conjugalidade e, por outro, entre casamento e entrada na parentalidade que exprime um forte desapego face à instituição matrimonial.

- 56 A análise em profundidade das entrevistas, que procurou apreender o significado da coabitação do ponto de vista dos actores sociais, permitiu introduzir novas *nuances* nas conclusões baseadas no inquérito às famílias portuguesas que associam os meios mais qualificados à
- 57 **coabitação transitória** de carácter **experimental e sem filhos** (Aboim, 2005; Aboim, 2006). A expansão progressiva da coabitação como fenómeno de entrada na conjugalidade no nosso país não exclui a importância da coabitação como fenómeno de entrada na parentalidade numa primeira e numa segunda união. **Ter filhos fora dos laços institucionais** é, de acordo com os dados desta pesquisa, característico tanto dos grupos socioprofissionais mais qualificados que vivem uma primeira conjugalidade (perfil moderno e de transgressão), como dos operários e empregados executantes que passaram pela experiência do divórcio e pretendem testar as potencialidades de uma nova relação conjugal (perfil de experimentação). Estes resultados alinham com as tendências verificadas noutros países no que concerne à importância crescente da informalização dos vínculos conjugais e familiares, sinalizadora da ideia de modernidade, do divórcio e das práticas de recomposição familiar (Prinz, 1995; Roussel, 1989).
- 58 A investigação realizada veio também mostrar que a **união de facto de carácter permanente**, embora possa ser considerada minoritária na sociedade portuguesa (Aboim, 2005; Aboim e Ferreira, 2002), reveste-se afinal de significados diferentes (perfil de tradição e de transgressão), e não pode ser exclusivamente conotada com a pobreza e com os valores familiares mais institucionalistas. O perfil de transgressão, embora se apresente como alternativa duradoura ao casamento, aproximando-se neste aspecto do perfil de tradição, desenvolve-se em meios qualificados e afasta-se radicalmente de uma lógica tradicionalista.
- 59 Os dados evidenciam que na coabitação, tal como no casamento, há perfis muito variados de **organização conjugal**.
- 60 A resposta à questão do reforço da **igualdade de género** associado à coabitação aponta para alguma complexidade. Se não surpreende encontrar papéis de género mais indiferenciados e dinâmicas de interacção mais igualitárias no perfil moderno, de transgressão e de experimentação dos meios mais qualificados, já a relativa igualdade – observada onde menos se espera – na experimentação de um casal em que o elemento masculino tem uma profissão operária não pode ser explicada recorrendo unicamente à variável classe social, individualmente considerada, e muito menos ao vínculo informal da conjugalidade. As variações encontradas, até mesmo no interior de sectores sociais idênticos, dependem muito dos percursos e das biografias individuais, e dos “capitais” das mulheres, principalmente quando está em jogo uma posição social superior ou ligeiramente mais favorecida que a do cônjuge.
- 61 **O impacto do movimento de individualização**, pressupondo a valorização do indivíduo e das suas escolhas, a afirmação de valores de autonomia e de realização pessoal assentes na paridade entre indivíduos, não se faz sentir com a mesma intensidade em todos os contextos sociais da coabitação nem segundo o género dos coabitantes. Mais ainda, os resultados mostram que a individualização moderna não é a causa de todas as formas de coabitação.
- 62 Especialmente na coabitação associada a grupos sociais desfavorecidos (o perfil de tradição), as escolhas são fortemente condicionadas pela precariedade socioeconómica. As práticas informais de coabitação são justificadas pela tradição e pela falta de condições económicas para casar. Tal como referem outras pesquisas (Aboim, 2006; Bawin-Legros, 1988), trata-se de um tipo de coabitação em meios laicos e desqualificados que revela alguma continuidade com o passado mas num contexto generalizado de ausência de estigmatização social e de menor controlo sobre os comportamentos privados.
- 63 Para finalizar, saliente-se que os perfis desenhados não são fechados mas pensados em termos dinâmicos, uma vez que admitem mudanças de sentido ao longo do percurso conjugal, isto

é, a passagem de um perfil de coabitação a outro, bem como a divergência quanto ao seu significado na perspectiva masculina e feminina. O carácter dinâmico dos perfis implica, pois, pensar em termos de itinerários individuais, masculinos e femininos, transições familiares, recomposições, rupturas e contextos sociais da coabitação.

#Notes

1 Este artigo resulta da investigação desenvolvida para a preparação de uma dissertação de doutoramento defendida em 20 de Julho de 2008 e orientada pela Professora Doutora Karin Wall.

2 Por razões que se prendem, por um lado, com limitações de espaço e, por outro, com objectivos específicos do presente texto, optámos por apresentar quatro perfis da tipologia resultante do trabalho de investigação mais amplo que serviu de base a este artigo. Esta pesquisa recorreu a 48 entrevistas em profundidade e chegou a uma tipologia de oito perfis: a coabitação moderna, de transgressão, de experimentação, de noivado, circunstancial, masculina, de tradição e instável (cf. Santos, Filomena (2008), *Sem Cerimónia nem Papéis – um estudo sobre as uniões de facto em Portugal*, Universidade da Beira Interior, <http://ubithesis.ubi.pt/hdl.handle.net/10400.6/654>).

3 Em 2009, quase 40% das crianças nasceu fora do casamento; em 79,3% dos casos eram filhos de casais que viviam em coabitação (Wall et al., 2011: 19).

4 O movimento de privatização aliado à crescente sentimentalização do casal e da família (o sentimento amoroso passa a ser o fundamento da união e os filhos tornam-se “objectos afectivos”) significa, por um lado, o declínio da regulação exterior exercida pela comunidade, pela vizinhança e pela rede de familiares, e, por outro, a progressiva importância do indivíduo nas relações sociais, a valorização das suas escolhas e da sua realização pessoal e afectiva (Ariès, 1973; Shorter, 1977). Esta é uma dinâmica central do processo de modernização das sociedades ocidentais que alguns autores entendem como “individualização” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Elias, 1993).

5 Em 1995, segundo dados do Eurostat, Portugal era o sexto país da União Europeia com níveis mais altos de presença feminina no mercado de trabalho, logo a seguir à Dinamarca, à Suécia, à Finlândia, ao Reino Unido e à Áustria (Almeida et al., 1998: 57). Uma das especificidades da sociedade portuguesa é o trabalho a tempo inteiro das mulheres em idades de forte entrada na conjugalidade e na maternidade, situação que contrasta com a dos anos 60, em que eram as mulheres mais jovens e solteiras que mais trabalhavam, normalmente antes do casamento e do nascimento dos filhos (Wall et al., 2010: 203; Wall et al., 2011: 26-44).

6 A análise do percurso de vida dos entrevistados incluiu os momentos mais significativos das suas narrativas individuais, desde a vivência e saída de casa dos pais ou família de origem (explorando, entre outras dimensões, os modelos vivenciados em termos da divisão dos papéis de género), vivência (ou não) a sós em alguma fase da vida (antes de entrar pela primeira vez em casal ou após um divórcio ou separação, explorando, entre outras questões, os hábitos de trabalho doméstico), história afectiva (namoros anteriores e experiências de conjugalidade), até às trajetórias escolares e profissionais.

7 A coesão conjugal refere-se ao tipo de laço que une internamente o casal. Trata-se de uma categoria analítica usada na construção de tipologias de conjugalidades de inspiração interaccionista (Wall, 2005; Wall et al., 2010; Roussel, 1989) no sentido de observar a ênfase ou, pelo contrário, a desvalorização colocada na preservação da individualidade face ao “nós casal” e ao “nós família”. Os ideais e as práticas de coesão (nem sempre coincidentes) podem variar entre dois extremos, e segundo vários arranjos, que vão desde a autonomia individual (masculina, feminina ou ambas) até uma organização conjugal de tipo funcional na qual os parceiros pretendem partilhar e fazer tudo em conjunto. No nosso estudo, a análise do funcionamento do casal (normas e práticas), incluiu a coesão conjugal, a divisão dos papéis de género, no que toca ao trabalho doméstico e profissional, e, ainda, a divisão conjugal dos lazeres.

8 No plano das representações procurámos saber também se os entrevistados faziam (ou não) distinção entre casamento e coabitação em relação a vários aspectos da conjugalidade.

9 Os quatro perfis que são objecto de análise no âmbito deste artigo correspondem a 29 entrevistas (14 homens e 15 mulheres): 12 da coabitação moderna, 10 da “experimentação”, 4 da “transgressão” e 3 da “tradição”.

10 A selecção dos perfis aqui apresentados prende-se com o objectivo principal do artigo, o de mostrar a pluralidade dos significados e contextos das experiências de coabitação na sociedade portuguesa e, mais especificamente, a coexistência de perfis de matriz modernista (moderno, transgressão e experimentação) e de perfis de matriz tradicionalista, como é o caso do perfil de tradição.

11 Na apresentação dos resultados optámos, devido a limitações de espaço, por seleccionar apenas um caso ilustrativo dentro de cada perfil. A preocupação em mostrar as singularidades das biografias individuais e os aspectos considerados mais significativos de cada caso resultou aqui numa selecção de extractos de entrevistas que não segue exactamente critérios uniformes nem se refere sempre às mesmas dimensões de análise. No entanto, no trabalho de análise em profundidade das entrevistas, a

identificação dos perfis de coabitação resultou da aplicação das mesmas dimensões de análise a cada uma das entrevistas. Para uma análise mais pormenorizada dos discursos dos entrevistados e dos respectivos perfis de coabitação, que por razões de espaço não coube nesta edição, ver “Perfis de Coabitação” (Cf. Santos, Filomena (2008), “Perfis de Coabitação” in *Sem Cerimónia nem Papéis – um estudo sobre as uniões de facto em Portugal*, pp. 190-464. <http://ubithesis.ubi.pt/hdl.handle.net/10400.6/654>).

12 No perfil moderno (12 casos) as trajetórias dos casais mostraram-se mais flexíveis: só dois eram casados no momento da entrevista e oito tiveram filhos durante a coabitação. Casarão eles um dia? Para os “modernos”, o casamento é uma formalidade que eles não ambicionam a menos que constrangimentos externos a venham revelar necessária ou mais vantajosa. O casamento é, para aqueles que casaram (2 casos), uma mera formalidade a que os indivíduos se submetem de boa vontade para corresponder ao desejo e às expectativas dos familiares ou simplesmente para fazer a vontade ao parceiro (visão pragmática). Em comparação, os entrevistados do perfil de transgressão têm uma atitude mais desfavorável face ao casamento e a coabitação representa uma forma de contestação social. A avaliar pelas suas atitudes valorativas, intenções e projectos, é pouco provável que venham a casar um dia. A distinção, do ponto de vista simbólico, entre as duas formas de união presente nos entrevistados mais diplomados (2 casos em 10) da “experimentação” (consideram a coabitação uma relação de menor compromisso, com uma probabilidade de ruptura mais elevada, associada a uma maior liberdade e autonomia individual e uma etapa transitória na vida do casal) pôde ser observada, ainda com maior nitidez, nos coabitantes dos sectores intermédios de escolaridade mediana que preferem casar primeiro antes de ter filhos, quer na coabitação de experimentação, quer, também, na coabitação de noivado e circunstancial (perfis também eles de recorte transitório que não foram aqui objecto de análise pelas razões já apontadas).

13 Os entrevistados do sexo masculino dos sectores intermédios, com uma visão mais normativa e institucional da conjugalidade, tendem a desvalorizar a coabitação e só se vêem a si próprios como fazendo parte de um casal a partir do momento em que transitam para o casamento.

14 A exceção vai para os entrevistados das classes médias diplomadas do perfil de experimentação transitório sem filhos, numa primeira conjugalidade, que se afastam assim dos seus pares do perfil moderno e do perfil de transgressão que entraram também pela primeira vez em casal.

Bibliografia

- ABOIM, S. (2005), “A Formação do Casal: Formas de Entrada e Percursos Conjugais”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais, pp. 85-116.
- ABOIM, S. (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS.
- ABOIM, S. e P. M. Ferreira (2002), “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, *Análise Social*, 163, pp. 411-446.
- ALMEIDA, A. N. (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS, pp. 50-93.
- ALMEIDA, A. N., M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres e K. Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa, (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 45-78.
- ARIÈS, P. (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.
- BANDEIRA, M. L. (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BAWIN-LEGROS, B. (1988), “Nouvelles Formes de Conjugalité et de Parentalité”, in *Familles, Mariage, Divorce*, Liège-Bruxelas, Pierre Mardaga, pp. 153-170.
- BECK, U. e E. Beck-Gernsheim (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- BERRINGTON, A. (2001), “Entry into parenthood and the outcome of cohabiting partnerships in Britain”, *Journal of Marriage and the Family*, 63, pp. 80-96.
- BOZON, M. (1991), “Le mariage: montée et déclin d'une institution”, in François de Singly (dir.), *La Famille: L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 47-57.
- CAPUCHA, L. (1998), “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades” in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 209-242.

- CUNHA, V. (2007), *O Lugar dos Filhos – Ideais, práticas e significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS.
- ELIAS, N. (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.
- GIDDENS, A. (1992), *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- KAUFMANN, J.-C. (1993), “Mariage et cohabitation. Le couple à petits pas”, in *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 49-64.
- MACHADO, F. L. e A. F. Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social”, in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- MANTING, D. (1994), *Dynamics in Marriage and Cohabitation*, Amesterdão, Thesis Publishers/ Netherlands Graduate School of Research in Demography (PDOD).
- PRINZ, C. (1995), *Cohabiting, married or single: portraying, analyzing, and modeling new living arrangements in the changing societies of Europe*, Inglaterra, Aldershot, Avebury.
- ROUSSEL, L. (1986), “La Cohabitation sans Mariage: des faits aux interpretations”, *Dialogue «De L’Union Libre»*, 92, pp. 41-52.
- ROUSSEL, L. (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- SEGALEN, M. (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin.
- SHORTER, E. (1977), *La Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil.
- SMART, C. e P. Stevens (2000), *Cohabitation Breakdown*, Londres, Family Policy Studies Centre.
- STRAUSS, A. (1992), *La trame de la négociation. Sociologie Qualitative et Interactionnisme*, Paris, L’Harmattan.
- TORRES, A. (2002), *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta.
- VILLENEUVE-GOKALP, C. (1990), “Du Mariage aux unions sans papiers: histoire récente des transformations conjugales”, *Population*, 2.
- WALL, K. (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais.
- WALL, K., S. Aboim e V. Cunha (coord.) (2010), *A Vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, CITE.
- WALL, K., S. Aboim e M. Leitão (2011), *Observatório das Famílias e das Políticas de Família*, Relatório 2010, Lisboa, ICS/CIES.

Para citar este artigo

Referência eletrónica

Filomena Santos, « Perfis de coabitação em Portugal¹ », *Forum Sociológico* [Online], 21 | 2011, posto online no dia 05 Setembro 2012, consultado o 19 Fevereiro 2013. URL : <http://sociologico.revues.org/414>

Referência do documento impresso

Filomena Santos, « Perfis de coabitação em Portugal¹ », *Forum Sociológico*, 21 | 2011, 133-142.

Autor

Filomena Santos

Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/IUL
namesantos@sapo.pt

Direitos de autor

Resumos

Com base num estudo qualitativo que teve como suporte empírico dados recolhidos através de entrevistas em profundidade realizadas na região da Grande Lisboa, analisamos a coabitação conjugal segundo uma tipologia de quatro perfis: o moderno, o de transgressão, o de experimentação e o de tradição.

Este artigo tem como objectivo identificar os traços principais associados a cada perfil e apresentar algumas conclusões sobre a coabitação na sociedade portuguesa, nomeadamente quanto à diversidade de significados, contextos, trajectórias e dinâmicas da conjugalidade conectados com a coabitação².

In a qualitative study drawing on in-depth interviews with cohabiting men and women living in metropolitan Lisbon, we distinguished the following patterns of conjugal cohabitation: the modern, the transgressive, the experimental and the traditional.

The aims of this article are to identify the main features and characteristics of each pattern and to put forward some conclusions on cohabitation in Portugal, in particular on the diversity of meanings, contexts, trajectories and dynamics of conjugality associated with cohabitation.

Entradas no índice

Keywords : cohabitation, conjugality, gender, social class, biographical trajectories

Palavras chaves : coabitação conjugal, género, classe social, biografias individuais